



PERFIL DO JOVEM 'NEM NEM' NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Autores:

Antonia Jaine da Silva Pereira - UFRN - jainerodrigues22@yahoo.com

Silvana Nunes de Queiroz - URCA/UFRN - silvanaqueirozce@yahoo.com.br

Paulo Victor Maciel da Costa - UFRN - paulovictorma22@hotmail.com

Resumo:

Este artigo tem como principal objetivo traçar o perfil do jovem nem nem residente na Região Metropolitana do Recife (RMR) e estimar a probabilidade de estarem em tal condição. Por se tratar de um tema recente, a maioria dos estudos realizados são para o Brasil, não havendo trabalhos específicos para as metrópoles, espaços com concentração populacional e elevado desemprego e subemprego, principalmente entre os jovens. Ademais, o estudo descreve alguns investimentos em educação e programas para o primeiro emprego no Pernambuco. Além da contribuição acadêmica, espera-se que os resultados auxiliem na focalização de políticas públicas para o combate à evasão escolar e ao desemprego juvenil, e para a saída da condição de nem nem. A principal fonte de informações foi a PNAD de 2015, cujo tratamento dos dados foi feito com o SPSS e o STATA. Os resultados captaram as principais características no perfil do jovem nem nem, sendo destaques o baixo rendimento e a elevada participação feminina.

PERFIL DO JOVEM ‘NEM NEM’ NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

INTRODUÇÃO

Assistiu-se, nos últimos anos, significativo crescimento no contingente absoluto e relativo dos jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham. Esse aumento tem preocupado os formuladores de políticas públicas e despertado o interesse de pesquisadores, já que não é um fenômeno recente, nem se restringe ao Brasil. Assim, o tema passou a ganhar atenção entre os estudiosos, tornando-se pauta de pesquisas a partir dos anos 2000, com as quais tais jovens passaram a ser denominados como “nem nem” (nem estuda, nem trabalha).

No Brasil, o primeiro estudo realizado para esse tema foi de Camarano et al. (2006, p. 277), que analisaram a evolução e as características dos jovens brasileiros de 15 a 29 anos que não estudavam e não estavam na força de trabalho, baseados nos microdados dos Censos Demográficos de 1980 e 2000. Por meio do estudo, demonstraram que as mulheres são a maioria nessa condição, e independente do sexo, predominam os pardos, com poucos anos de estudo, residentes em domicílio rural, com maior número de filhos e baixo rendimento.

Por sua vez, a Fundação Perseu Abramo (2013) publicou um estudo intitulado “Os intocáveis: a saga dos jovens brasileiros excluídos do trabalho e da educação”, no qual analisa a trajetória de jovens de 15 a 29 anos que não estudam, não trabalham e nem procuram por trabalho, entre os anos de 2002 e 2012 no Brasil. O estudo revela que, em 2012, o contingente de jovens nessa condição chega a mais de 6,4 milhões de pessoas, merecendo mais atenção por parte dos governantes. Em 2013, esse contingente cresce ainda mais conforme aponta estudo do IBGE (2014), sendo que de um total de 49 milhões de jovens com idade entre 15 a 29 anos, vinte por cento, que corresponde a cerca de 10 milhões, não estuda nem trabalha.

Tendo sua magnitude aumentada, a questão leva a publicação do livro “Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros”, no qual Corseuil e Botelho (2014) incluem um capítulo sobre o fenômeno dos jovens nem nem. O capítulo tem autoria de Costa e Ulyssea (2014), que estudaram a geração nem nem no período de 1992 a 2012 através de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Nos resultados identificaram momentos de arrefecimento (1992 a 2008) e aumento (2009 a 2012) no volume de jovens nessa condição, sendo o primeiro explicado em função de características diretamente observáveis da população (diminuição na taxa de fecundidade e aumento da escolaridade), enquanto a elevação deveu-se as características não observáveis diretamente.

Trata-se, portanto, de um tema que se tornou foco de discussões recentemente, de modo que os estudos até então realizados voltam-se para o jovem nem nem no Brasil (CAMARANO et al., 2006) (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013) (COSTA; ULYSSEA, 2014).

Assim, apesar da importância da temática não se conhece até o momento estudos específicos sobre os nem nem nas Regiões Metropolitanas, onde a alta concentração populacional eleva o desemprego e subemprego, principalmente entre os jovens (BRITO, 2007).

Diante do exposto, a pretensão da presente pesquisa é contribuir para preencher essa lacuna ao traçar o perfil demográfico e socioeconômico dos jovens 'nem nem' residentes na Região Metropolitana do Recife (RMR). Além disso, com o objetivo de aprofundar a discussão, serão feitas revisões sobre investimentos em educação e programas para o primeiro emprego no estado em estudo, no intuito de apresentar o que vem sendo realizado a respeito das duas principais dimensões do problema. Afora a contribuição científica para a discussão do tema, este estudo pode interessar aos formuladores de políticas públicas, ao mostrar quantos são e quem são os jovens 'nem nem' nessa metrópole e, com isso, nortear a atuação do governo em pontos como o combate à evasão escolar e ao desemprego, ou ainda o auxílio para a saída da condição de nem nem.

Para alcançar o objetivo proposto serão utilizados como principal fonte de dados os microdados da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015, disponibilizados pelo IBGE. O tratamento será feito com o uso do software estatístico SPSS, possibilitando a obtenção dos dados para as estatísticas descritivas e para a construção do modelo probit, através do STATA 13. Foram utilizados também o programa Excel e o QGIS (versão 2.18.12), para a elaboração/formatação das tabelas e gráficos e na construção do mapa de localização, respectivamente.

Quanto a estrutura, o artigo traz outras 4 seções além desta introdução. A segunda descreve os investimentos públicos realizados em educação e os programas para o primeiro emprego desenvolvidos em âmbito estadual. A seção seguinte mostra os procedimentos metodológicos da pesquisa para o alcance dos objetivos propostos. Por sua vez, a quarta seção traça o perfil demográficos e socioeconômicos dos jovens nem nem residentes na RMR em 2015, além de estimar a probabilidade de estarem em tal condição. Por fim, a quinta seção, traz as considerações finais do estudo.

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E PROGRAMAS PARA O PRIMEIRO EMPREGO

Investimentos em educação

Considerando inicialmente a condição 'não estuda' dos jovens 'nem nem', a primeira parte desta seção se dedica a descrição de investimentos realizados em educação. Partindo de 2006, observa-se grande preocupação com a educação pernambucana, no momento da elaboração do Programa de Governo do Estado para 2007-2010. Na ocasião foram destacados problemas como defasagem idade/série, elevado índice de evasão e repetência, além do pouco aproveitamento escolar, principalmente com relação ao ensino médio (SANTOS, 2015).

A partir desse momento foram reconhecidas as necessidades de se investir em educação e a importância deste para a qualidade de vida dos pernambucanos, sendo priorizadas mudanças na gestão educacional, por acreditarem que estava nesse ponto a fragilidade das políticas educacionais do Estado. Assim, deveria ser dada maior atenção à definição e implementação destas, além de buscar a continuidade dos investimentos e ações realizadas com vistas no melhoramento dos resultados (SANTOS, 2015).

Acompanhando a transformação da gestão pública do Estado, surge o Programa de Modernização da Gestão: Metas para Educação (PMGE/ME). O Programa é criado em 2007, no contexto do desenvolvimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que justificou a busca por melhoria na qualidade do ensino para acompanhar a fase de investimentos, gerando mais empregos e melhorando os indicadores sociais. Conforme reforçam Bonamino e Sousa (2012, p. 382):

Um aspecto central da política educacional no Estado de Pernambuco foi a introdução, pelo Governador Eduardo Campos e pelo Secretário de Educação Danilo Cabral, de um sistema de responsabilização educacional. Esse sistema inclui a condução anual do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (Saepe), a ampla divulgação de seus resultados, avaliações bimestrais de estudantes por notas e o monitoramento bimestral de indicadores educacionais de cada escola da rede estadual por meio de um sistema informatizado.

O sistema de responsabilização educacional citado pelas autoras refere-se à responsabilização de cada escola por seus resultados. Significa que as escolas públicas de Pernambuco trabalham com um sistema de metas e resultados, tendo o acompanhamento pela Secretaria de Educação do Estado de todos os indicadores relacionados a qualidade da educação. Além desse acompanhamento é realizado ao final de cada ano o SAEPE, que consiste em uma avaliação externa feita nas séries finais dos ciclos do ensino básico (Fundamental I e II e ensino médio). Exige-se que os índices das escolas sejam melhorados a cada ano e o SAEPE é responsável por determinar se a meta estabelecida foi realmente atingida (SILVA, 2013).

Sobre as pretensões desse novo modelo de gestão, o objetivo se estendia também à elevação do IDEB, motivo pelo qual a “Secretaria de Educação redefiniu as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação, através do PDE [Plano de Desenvolvimento da Educação] e do Compromisso Todos Pela Educação, e se propõe a chegar em 2021 com a média 6,0 nesse indicador em todas as modalidades de ensino”. As metas definidas pelo MEC eram 5,4 para o ensino fundamental I e 5,8 para o ensino fundamental II e médio (SILVA, 2013, p. 45).

Nesse contexto, tornou-se necessário o aperfeiçoamento dos métodos/sistemas de avaliação para que houvesse o acompanhamento adequado do desempenho das escolas da rede estadual. Por esse motivo foram desenvolvidos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE) e o Bônus de Desempenho Educacional (BDE), que começaram a ser utilizados a partir de 2008, quando o SAEPE passou a ser realizado anualmente (SIEPE, 2017).

O IDEPE permitiria medir a qualidade da educação de Pernambuco a cada ano, levando em consideração no seu cálculo os resultados da avaliação do SAEPE em Língua Portuguesa e Matemática (aprendizagem) e a média de aprovação dos alunos (fluxo). A sistematização dos resultados forneceria um diagnóstico para o sistema de educação de Pernambuco, sendo requisito fundamental para o estabelecimento do BDE, cujas metas são acordadas entre a Secretaria de Educação e a escola, através de um termo de compromisso. O novo indicador torna possível a mobilização da sociedade em favor da educação local, ao expressar em valores os resultados mais importantes da educação que podem ser comparados ao longo do tempo (SIEPE, 2017).

O BDE, que foi instituído em 2008 para as escolas e em 2009 para as Gerências Regionais de Educação (GREs), funciona como um incentivo para que se dê qualidade à educação estadual, além de valorizar a remuneração dos profissionais da educação. O programa é uma premiação pelos resultados das escolas e GREs concedida aos servidores que contribuíram para sua construção, que possui legislação específica. Como o benefício é concedido através do IDEPE, todas as escolas que tiverem o índice podem participar do programa (SIEPE, 2017).

Segundo Silva (2013), o discurso do governo estadual indica grandes avanços a partir de 2007, ainda com boas perspectivas para os anos seguintes, evidenciadas pelos bons indicadores obtidos. Com essa convicção menciona-se a possibilidade de adoção do modelo de gestão em outros estados, destacando algumas das ações desenvolvidas.

Programa de Educação Integral (desde 2007); Travessia Médio (desde 2007); Programa Merenda Escolar (desde 2009); Programa Paulo Freire: Pernambuco Alfabetizado (desde 2008); Prêmio de Tecnologia a Serviço da Educação (desde 2007); Programa Mãe Coruja (desde 2007); Projeto Educar (desde 2010); Olimpíadas de Jogos Eletrônicos (desde 2008); Bônus de Desenvolvimento Educacional (desde 2009), Programa Ganhe o Mundo (desde 2012), dentre outros (SILVA, 2013, p. 21 e 22).

Certa da influência da infraestrutura da rede de ensino no desempenho e na permanência dos estudantes, a Secretaria de Educação também buscou investimentos nesse segmento (PERNAMBUCO, 2017a). Atualmente a Rede Estadual de Ensino de Pernambuco conta com 16 GREs (Recife Norte, Recife Sul, Metropolitana Norte, Metropolitana Sul, Mata Norte, Mata Centro, Mata Sul, Vale do Capibaribe, Agreste Centro Norte, Agreste Meridional, Sertão do Moxotó-Ipanema, Sertão do Alto Pajeú, Sertão do Submédio São Francisco, Sertão do Médio São Francisco, Sertão Central e Sertão do Araripe), cada uma com gestor próprio. As GRE's abrangem todo o estado, que conta com 1.053 unidades de ensino, entre escolas regulares, técnicas (ETE), de referência em ensino médio (EREM) com ensino integral e semi-integral, além das escolas indígenas (PERNAMBUCO, 2017c).

Conforme explicam Monteiro Neto e Vergolino (2014),

Em Pernambuco, os valores observados em cada ano, em geral, superam os valores projetados para aquele mesmo ano, evidenciando que a política educacional do estado vem conseguindo atingir as metas propostas de melhoria da qualidade na educação básica. Comparado, entretanto, com o quadro mais geral do país, o estado fica em situação desfavorável. Em cada ano que o índice foi calculado, o

valor observado mostra-se sempre inferior aos observados no mesmo ano para o país como um todo [...]. Os avanços são reconhecíveis, mas a situação de atraso ainda é tão considerável que neste estado a qualidade (medida pelo Ideb), na média, está cinco anos em atraso com relação ao atual nível nacional (MONTEIRO NETO; VERGOLINO, 2014, p. 37 e 38).

De forma geral, quanto aos resultados obtidos para a educação básica, o estado vem se saindo bem em relação às metas propostas, entretanto, ainda se encontra em atraso quando se considera o país.

O cenário inicial do ensino superior em Pernambuco é marcado, como em outros estados, pela concentração da oferta na capital ou Região Metropolitana do estado. A partir desse cenário, destacam-se as tentativas de ampliação do acesso a este nível de ensino, por meio da interiorização de universidades. Os anos 2000 caracterizam-se como o período em que houve maior “ampliação do número de vagas em instituições de ensino superior no interior de Pernambuco, [que] muito superior ao crescimento da população local, resultou em maior acesso da população local a esse nível de ensino”, e atraiu estudantes de localidades vizinhas (FUSCO; OJIMA, 2016, p. 81).

Sobre as particularidades e os atores desse processo, os autores descrevem que:

A implantação de instituições de ensino superior no interior do estado foi realizada tanto [...] pela iniciativa privada quanto pela esfera pública – federal e estadual -, mas tal processo de interiorização ganhou relevante impulso com o programa federal de expansão do Ensino Superior, adotado desde 2003. No Nordeste foram criados 42 novos campi, dos quais seis foram implantados em Pernambuco, todos no interior do estado. Além desse programa federal, o governo estadual também tem instalado campi da Universidade Estadual de Pernambuco em municípios do interior (FUSCO; OJIMA, 2016, p. 81).

Quanto aos resultados da interiorização na visão dos referidos autores, observando o âmbito social, é ressaltado que o “processo de criação de vagas em instituições de ensino superior, incluídas aí as universidades gratuitas, federais e estaduais, tem proporcionado diminuição das desigualdades educacionais em termos de raça/cor, renda e localização geográfica (interior-capital)” (FUSCO; OJIMA, 2016, p. 90).

Considerando, por sua vez, os efeitos da descentralização/interiorização do ensino na dinâmica econômica local, deve-se atentar para outro aspecto, o aumento no quantitativo de trocas populacionais diárias entre o município que recebeu a universidade e os seus adjacentes. Quanto a isso, apreende-se que (FUSCO; OJIMA, 2016, p. 91) “em alguns contextos a participação daqueles que chegam para estudar em um município do interior causa um importante impacto no volume e perfil demográfico local”, demandando a atuação da gestão pública local em várias outras dimensões, o que, por sua vez, confere a localidade maior dinamismo e desenvolvimento, contribuindo para a redução das desigualdades entre metrópole e interior.

Programas para o primeiro emprego

Com relação a condição ‘não trabalha’ dos jovens ‘nem nem’, esta seção descreve os programas para o primeiro emprego desenvolvidos pelo Governo Estadual do Pernambuco. Nesse estado podem ser citados alguns programas relacionados a inserção no mercado de trabalho, sendo iniciativas da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ) e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação (SEMPETQ). Tais programas, entretanto, são focalizados em públicos específicos que não correspondem necessariamente aos jovens (PE no Batente, Vida Aprendiz e Novas Oportunidades) ou destinam-se ao público em geral (Novos Talentos e Fortalece Talentos) (PERNAMBUCO, 2017b; PERNAMBUCO, 2017a).

As principais informações acerca desses programas e projetos foram sistematizadas no Quadro 1. Como pode ser visto, aqueles sob a organização da SDSCJ focalizam os egressos ou participantes do sistema socioeducativo e pessoas em situação de vulnerabilidade/risco social. Sobre a relevância social da ação, a reinserção produtiva promove a garantia de direitos ao permitir o exercício da cidadania, além de refletir na redução de indicadores sociais negativos. Quanto aos demais, a SEMPETQ visa a qualificação de mão de obra geral, preocupando-se em direcioná-la aos empreendimentos estruturadores estratégicos para o desenvolvimento do Estado (PERNAMBUCO, 2017b; PERNAMBUCO, 2017a).

Quadro 1: Programas de iniciativa do Governo Estadual de Pernambuco para a qualificação profissional e/ou inserção no mercado de trabalho

Programa/ Projeto	Ano	Secretaria Responsável	Objetivo	Público Alvo
PE no Batente	2007	SDSCJ	Desenvolver competências sociais e técnicas para inserção no mundo do trabalho.	Pessoas em situação de vulnerabilidade/risco social, pobreza e extrema pobreza, com deficiência, egressos e participantes do Programa Atitude.
Novos Talentos	2011	SEMPETQ	Promover cursos gratuitos de qualificação profissional nas áreas da Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços.	Pessoas que desejarem se qualificar numa profissão, com foco preferencial nos empreendimentos estruturadores instalados ou em processo de instalação nas diversas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.
Novas Oportunidades	2015	SDSCJ	Oferecer e/ou articular um conjunto de ações e serviços, visando aprimorar a	Adolescentes e jovens de 12 a 22 anos, residentes na RMR, egressos das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade

			reinserção social, familiar e comunitária.	da FUNASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo).
Vida Aprendiz	2016	SDSCJ	Proporcionar, de forma efetiva, condições de acesso à profissionalização.	Adolescentes do sistema socioeducativo e egressos das unidades de internação e semiliberdade da FUNASE.
Fortalece Talentos	2017	SEMPETQ	Realizar ações de aperfeiçoamento profissional.	Mão de obra em geral.

Fonte: Organizado a partir de PERNAMBUCO, 2017a; 2017b.

O PE no Batente, mais antigo dentre os citados, é um programa de inclusão produtiva que incentiva o empreendedorismo e a geração de renda, com base nas diretrizes da economia solidária, sendo o incentivo também financeiro. O programa funciona em 51 municípios pernambucanos, distribuídos de modo a contemplar todas as 12 Regiões de Desenvolvimento do estado. Cada um conta com um centro de inclusão produtiva, que atuam em uma de pelo menos 9 cadeias produtivas diferentes, sendo mais comum a têxtil (PERNAMBUCO, 2017b) (PERNAMBUCO, 2014).

Tal programa diverge do Novas Oportunidades, que atende apenas adolescentes e jovens residentes na RMR, e possui, portanto, um público-alvo mais fechado. Este último é executado através do estabelecimento de parcerias com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e outras entidades dos setores público e privado. Diante das metas definidas para atendimento e inserção no projeto, no mercado de trabalho ou em cursos profissionalizantes, o projeto não se saiu bem. Ainda assim, seus resultados foram considerados significativos, havendo, inclusive, ampliação para o município de Caruaru (PERNAMBUCO, 2017b).

O Vida Aprendiz, por outro lado, obteve grande adesão inicial dos jovens e rapidamente alcançou o cumprimento de suas metas de atendimento e inserção dos jovens como aprendizes. Com poucos meses de atuação conseguiu mostrar sua qualidade e importância, levando o Governo do Estado a incluí-lo como meta prioritária no programa de governo (PERNAMBUCO, 2017b).

Quanto as iniciativas da SEMPETQ, o programa Novos Talentos já capacitou mais de 30 mil trabalhadores e empreendedores pernambucanos, através da oferta de cursos gratuitos do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI). No ano de 2017 foram ofertados mais de 70 cursos, em 13 municípios (PERNAMBUCO, 2017a).

Já o Fortalece Talentos, mais recente, atua aperfeiçoando mão de obra de atividades e segmentos diferenciados, atendendo demandas das empresas e polos em desenvolvimento. Considera, assim, a vocação econômica da região e os investimentos locais, fortalecendo também públicos específicos, como pessoas com deficiência e as que se encontram no sistema prisional e em regime de ressocialização (PERNAMBUCO, 2017a).

Com a descrição dos programas/projetos foi possível notar que estes guardam relação com a secretaria na qual se originaram. As iniciativas da SDSCJ têm uma visão mais social, ao atender pessoas em situação de risco social, visando aspectos como reinserção produtiva, ressocialização e garantia de direitos. Já os programas que derivam da SEMPETQ, têm uma visão mais voltada para a economia, para o empreendedorismo, atuando na qualificação da mão de obra geral, para fortalecer setores diferenciados e estratégicos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo desse estudo contempla os jovens de 15 a 29 anos de idade, que não estudam e não trabalham (conhecidos na literatura como geração “nem nem”), residentes na Região Metropolitana do Recife (RMR) (Figura 1), no ano de 2015.

Sobre essa metrópole, a mesma foi criada através da Lei Complementar Nº 14 de 8 de junho de 1973, que estabeleceu, ao todo, oito regiões metropolitanas. A RMR foi instituída com 9 municípios, mas atualmente conta com 14 (Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata).

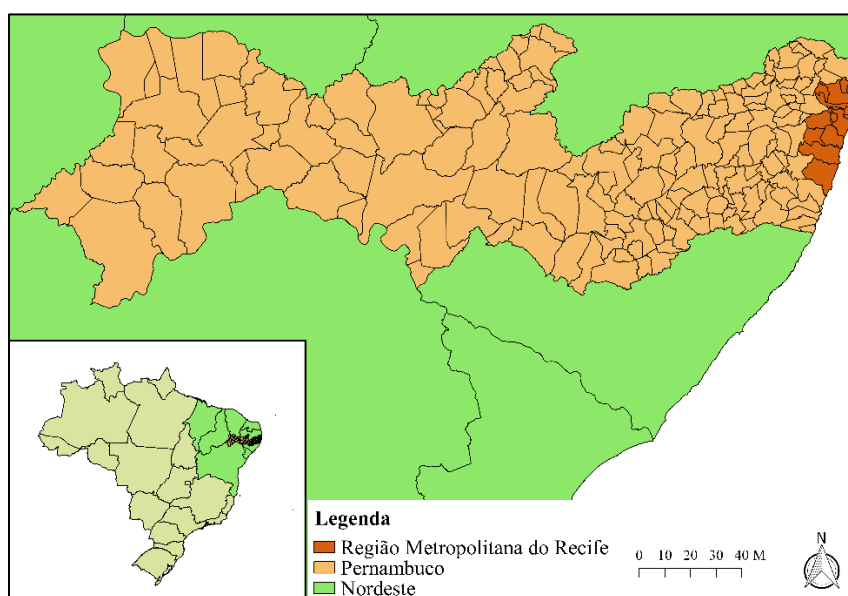


Figura 1: Mapa de localização e divisão política - estado do Pernambuco e Região Metropolitana do Recife.

Fonte: Elaborado a partir da malha digital – IBGE (2010).

Quanto a fonte de dados, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015. Para o tratamento estatístico dos dados foi utilizado o software SPSS (Statistical Package for the Social Science), e para obter os resultados do modelo econométrico o STATA 13. Em complemento, foi utilizado o programa Excel para a construção de tabelas e gráficos. Já a construção do mapa de localização foi feita com o QGIS (versão 2.18.10).

Inicialmente a amostra foi dividida em três categorias de análise: (i) nem-nem (nem estuda e nem trabalha), (ii) somente trabalha e (iii) somente estuda, procurando dar a dimensão do contingente de jovens que não estudam, não trabalham ou ambos em relação a população total de jovens.

Quanto ao perfil, as variáveis selecionadas na caracterização demográfica e socioeconômica da população entre 15 a 29 anos que nem estuda e nem trabalha foram: sexo, grupos etários, raça/cor, nível de instrução, estado conjugal, mora com a mãe, local de residência e rendimento domiciliar per capita em salários mínimos.

No intuito de calcular o sentido e o grau de influência das variáveis apresentadas anteriormente sobre a condição do jovem ser ou não nem nem na metrópole estudada, foi utilizado o modelo Probit. O mesmo método foi utilizado por Figueiredo e Almeida (2017) ao estudar a população nem nem a partir da PNAD de 2012.

O modelo escolhido baseia-se na utilização de uma variável dependente I_i determinada por uma ou mais variáveis explanatórias X_i . Através da variável dependente ou índice de utilidade observável é determinada a decisão da i -ésima observação do modelo, ou seja, quanto maior o valor do índice I_i , maior a probabilidade de uma decisão positiva para a observação. O índice I_i pode ser definido como:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_1 \quad (1)$$

Tem-se que $Y = 1$ para indivíduos na condição “nem nem” e $Y = 0$ para caso contrário, considerando que o índice I_i possui um nível crítico ou limiar I_i^* que atua como um limite, tal que se I_i^* for menor ou igual a I_i o indivíduo pertencerá à condição “nem-nem”, e caso contrário não, como exposto em (2).

$$Y = \begin{cases} 1, & \text{se } I_i^* \leq I_i \\ 0, & \text{se } I_i^* > I_i \end{cases} \quad (2)$$

Seguindo a premissa de normalidade, a probabilidade de que I_i^* seja menor ou igual a I_i pode ser calculada a partir da função de distribuição ou densidade de probabilidade acumulada (FDA) normal padronizada, expressa em (3).

$$P_i = P(Y = 1|X) = (I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_1) = F(\beta_1 + \beta_2 X_1) \quad (3)$$

em que $P(Y = 1|X)$ é a probabilidade do indivíduo estar na condição “nem-nem” dado um ou mais valores da variável explanatória X , e onde Z_i é a variável normal padronizada. F é a função de distribuição acumulada normal padrão, que é explicada em (4):

$$\begin{aligned} F(I_i) &= \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{I_i} e^{-z^2/2} dz \\ &= \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{\beta_1 + \beta_2 X_1} e^{-z^2/2} dz \end{aligned} \quad (4)$$

Diferentemente dos parâmetros dos modelos de regressão linear comuns, que fornecem informações sobre o sentido e a grandeza da influência de uma variável explicativa, os parâmetros do modelo probit indicam de forma imediata somente o sentido da influência, já que os valores dos parâmetros estimados significam a contribuição individual das variáveis no índice de utilidade que não é observável, mas que está relacionado com a probabilidade de o evento ocorrer.

Assim, informações sobre a grandeza da influência somente são obtidas através de cálculos adicionais. Como no modelo probit todos os regressores estão relacionados no cálculo da variação da probabilidade, a taxa desta variação, ou seja, a grandeza da influência será dada por $\beta_j f(Z_i)$, onde $f(Z_i)$ é a função de densidade da variável normal padrão e $Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki}$, isto é, é o modelo de regressão utilizado na análise.

Segundo Oliveira (1998), o pseudo-R² obtido no modelo probit, diferentemente do R² da regressão clássica, não tem interpretação intuitiva imediata, de modo que um valor seu muito próximo de 1 indicaria mais uma má especificação que um bom ajustamento. Dessa forma, o comando 'estat class' foi considerado como elemento de apreciação da qualidade dos resultados estimados, por informar o percentual de acertos do modelo. Tal comando consiste de uma matriz na qual se confrontam as previsões do modelo, com a repartição efetiva das observações da amostra entre os dois grupos, associados ao 0 e ao 1. Ao calcular para cada observação uma estimativa da probabilidade de $Y = 1$ (por meio das fórmulas apresentadas anteriormente), é predito que $Y_i = 1$ ou $Y_i = 0$ conforme essa estimativa exceda ou não 0,5. Em seguida, a informação é organizada numa tabela da seguinte forma:

	Y _i predito = 1	Y _i predito = 0	Totais
Y _i observado = 1	A	B	n1
Y _i observado = 0	C	D	n0
Totais	E	F	n

A e D representam os números correspondentes as previsões acertadas do modelo, enquanto B e C quantificam as previsões erradas. Assim, $(A+D)/n$ mostra o percentual de acertos do modelo, ao passo que a proporção de observações erradamente classificadas, $(B+C)/n$, é a chamada taxa aparente de erro.

Foi utilizada como variável dependente a dummy referente a ser nem nem (1) ou não (0), e como variáveis explicativas idade, escolaridade e as dummies sobre o sexo (0 para masculino e 1 para feminino) e o rendimento domiciliar per capita (0 para mais de 1/2 SM e 1 para até 1/2 SM). As variáveis faltantes em relação as estatísticas descritivas foram retiradas do modelo por não apresentarem significância estatística.

PERFIL DOS JOVENS 'NEM NEM' NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Esta seção responde ao objetivo de traçar o perfil dos jovens nem nem residentes na RMR e estimar a probabilidade de estarem em tal condição, para isto apresenta a análise das

estatísticas descritivas e dos resultados do modelo econométrico, ambos elaborados a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Quantos são?

A Tabela 1 mostra o volume de jovens que não estudam, não trabalham ou apresentam ambas as características, bem como suas respectivas participações no total de jovens da metrópole pernambucana. Inicialmente constata-se que o número de jovens com idade entre 15 e 29 anos na RMR é de 915.974, dos quais aproximadamente 63% não estuda (576.233) e 56,09% não trabalha (513.735). Quando considerados os jovens que apresentam ambas as características, isto é, que não estudam e não trabalham (nem nem), são aproximadamente 260 mil, correspondentes a 28,34% entre os 915.974 da RMR.

Tabela 1: Volume e participação dos jovens que nem estudam e nem trabalham ('nem nem') no total de jovens de 15 a 29 anos de idade - RMR - 2015

Condição do Jovem	Número de Jovens	Part. (%) no Total da RM
Nem Nem	259.626	28,34
Não Estudam	576.233	62,91
Não Trabalham	513.735	56,09
Pop. de 15 a 29 anos	915.974	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Esse elevado percentual de nem nem na RMR pode estar associado ao atraso da educação pernambucana em relação ao país ou a ausência de políticas específicas para o problema do desemprego juvenil. Nesse Estado, embora tenham acontecido avanços significativos, as iniciativas recentes em relação a área educacional não fizeram diminuir a distância entre os seus resultados e o do país, como visto na seção anterior (MONTEIRO NETO; VERGOLINO, 2014). Por outro lado, os programas desenvolvidos em relação ao primeiro emprego não se destinavam especificamente a inserção de jovens no mercado de trabalho, consistiam em ações de qualificação para o público em geral ou se voltavam para a reinserção produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade/risco social.

Na Tabela 2 é possível ver os dados anteriores desagregados segundo os grupos etários de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos. A distribuição entre estes segundo a população total não apresenta muita variação, visto que cabe a cada grupo etário aproximadamente um terço do total de jovens. Observa-se que aqueles de 15 a 19 anos estão em segunda posição, entretanto este é o grupo em que há menos jovens na condição de nem nem (25,51%).

Tabela 2: Volume e participação dos jovens que nem estudam e nem trabalham ('nem nem') no total de jovens de 15 a 29 anos de idade, segundo o grupo de idade - RMR - 2015

Grupo Etário	População Total		Não Estudam		Não Trabalham		Nem Nem	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
15 a 19	335.596	36,64	104.065	18,06	270.897	52,73	69.382	26,72
20 a 24	296.802	32,40	226.862	39,37	140.688	27,39	103.240	39,76
25 a 29	283.576	30,96	245.306	42,57	102.150	19,88	87.004	33,51

15 a 29	915.974	100,00	576.233	100,00	513.735	100,00	259.626	100,00
Part. (%) no total da RMR	-		62,91		56,09		28,34	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Essa constatação pode ser reflexo dos avanços obtidos na educação, resultante, entre outros objetivos, da busca pela inserção, cada vez mais, de crianças e adolescentes na rede de ensino, como pôde ser visto na seção 2, destacando-se o maior esforço em relação aos jovens do ensino médio, associado a identificação de problemas recorrentes nesse nível de ensino.

A divisão por grupo etário é conveniente, pois o volume de jovens que não estuda, não trabalha ou ambos, está grandemente relacionado a idade em que se encontra o jovem. Como pode ser visto na Tabela 2, a medida que aumenta a idade, cresce o percentual de jovens que não estudam e diminui os que não trabalham. Em razão disso a maior participação dos nem nem é observada no grupo de idade intermediário, sendo este o momento de transição entre o mundo da escola e o do trabalho.

Quem são?

Considerando o perfil demográfico, quanto ao sexo dos jovens nem nem de 15 a 29 anos observa-se que a maioria são mulheres, com participação acima de 60% na metrópole analisada. O resultado encontrado por Camarano et al. (2006) para os anos de 1980 e 2010 mostra que as mulheres também são maioria nessa condição no Brasil, apesar de sua participação ter diminuído. Associando os resultados ao fenômeno de transição para a vida adulta, sugerem que para as mulheres não há necessariamente uma passagem pelo mercado de trabalho e que possivelmente elas saem do domicílio de origem como cônjuges ou mães, sem ter realizado alguma atividade econômica. O mesmo resultado é confirmado por outros estudos como os de Figueiredo e Almeida (2017) e Remy e Vaz (2017), cujos resultados indicam forte efeito de gênero no fenômeno dos nem nem.

Tabela 3: Sexo dos jovens 'nem nem', por grupo etário - RMR - 2015

Sexo	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Masculino	43,25	42,94	31,96	39,34
Feminino	56,75	57,06	68,04	60,66
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

A respeito da divisão entre os grupos etários, chama atenção a diferença entre homens e mulheres na evolução dos percentuais. No caso dos primeiros, idades mais elevadas correspondem a participações menores no total de jovens na condição analisada, possivelmente associadas ao motivo de trabalho, enquanto para as mulheres ocorre o inverso.

A diferença entre homens e mulheres quanto a transição entre adolescência e vida adulta é um fator importante a ser considerado, dado a predominância do sexo feminino na condição de nem nem. Conforme afirma Cardoso:

[...] no caso das mulheres, estar fora da escola e do trabalho não necessariamente denota frustração de expectativas ou desestruturação de projetos de vida [...]. Uma proporção significativa delas estará, na verdade, realizando projetos de maternidade ou de casamento (em especial entre as mais velhas), com isso adiando sua entrada no mercado de trabalho, embora já tenham completado o ciclo escolar (CARDOSO, 2013, p. 296).

Por outro lado, há os casos em que para as mulheres o abandono da vida escolar e a inatividade econômica se devem a tais frustrações/dificuldades, como no caso de gravidez na adolescência, correspondente a uma gravidez indesejada entre as mais jovens, que traz a necessidade de cuidar do filho ou em outros casos cuidar de irmãos mais novos ou pais idosos. Como destacado por Remy e Vaz (2017, p. 136) “o cuidado com os filhos, ao recair primordialmente sobre as mulheres, penaliza sua escolaridade e inserção no mercado de trabalho, tornando-as mais propensas à condição estudada”.

Outra característica que interfere tanto na vida estudantil quanto na inserção no mercado de trabalho é a raça/cor. Na Tabela 4 é possível visualizar que independente do grupo etário, os jovens nem nem são na grande maioria de raça/cor parda. Em segundo lugar tem-se a raça/cor branca, e amarelos e indígenas apresentam participações quase sempre próximas a zero. Os dados apresentados concordam com a análise do IPECE (2012), baseada nos dados do Censo 2010, segundo a qual a região Nordeste é a única do país em que a raça/cor predominante é a parda, enquanto nas demais regiões a maioria dos residentes se autodeclara branca.

Tabela 4: Raça/Cor dos jovens ‘nem nem’, por grupo etário - RMR - 2015

Raça/Cor	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Branca	21,82	27,20	24,69	24,92
Preta	9,13	9,33	11,71	10,07
Amarela	0,00	0,80	0,32	0,42
Parda	68,25	62,67	62,97	64,26
Indígena	0,79	0,00	0,32	0,32
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Na RMR 64,26% dos jovens nem nem são de raça/cor parda, 24,92% branca e 10,07% preta. A diferenciação em relação aos grupos etários, por sua vez, mostra que entre 15 e 19 anos, a participação de jovens pardos foi maior em relação aos outros dois grupos (68,25% contra 62,67% e 62,97%). Por fim, pode-se destacar que há no grupo de idade entre 20 e 24 anos e 25 a 29 anos, maior percentual de negros em relação ao de menor idade (15 a 19).

Mesmo após a entrada no mercado de trabalho, a discriminação pode ser constatada através de diferenças salariais, e não somente em relação à raça/cor, mas também por sexo. A respeito do assunto, Cacciamali e Hirata (2005, p. 770) destacam dois aspectos:

O primeiro é o senso comum, confirmado por estudos especializados, que no Brasil a herança escravocrata, de um lado, e a herança patriarcal, de outro, ainda implicam elevado grau de desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho. Negros e mulheres enfrentam um ambiente de oportunidades desiguais, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação para os negros. O segundo é que as condições anteriores criaram e mantêm um tecido social impregnado de preconceitos que levam à discriminação social e no mercado de trabalho das mulheres, dos pardos e negros, resultando em piores condições de vida material e de mobilidade vertical para essas pessoas e para os grupos sociais nos quais predominam.

Quanto ao nível de instrução, a Tabela 5 mostra que mais metade dos jovens nem nem tem no mínimo o ensino médio completo, o que não é um bom resultado, pois indica dificuldades de continuar se qualificando ou de inserção no mercado de trabalho.

Tabela 5: Nível de instrução dos jovens 'nem nem', por grupo etário - RMR - 2015

Nível de Instrução	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Sem Instrução ou Fundamental Incompleto	30,95	20,53	17,09	22,16
Fundamental Completo ou Médio Incompleto	18,25	18,14	16,46	17,60
Médio Completo ou Superior Incompleto	50,80	55,74	56,95	54,82
Superior Completo	0,00	5,60	9,50	5,41
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Uma maior escolaridade pode significar um capital humano ocioso. Por outro lado, a menor escolaridade pode contribuir mais ainda para a dificuldade de inserção, já que indica o encerramento ou abandono dos estudos muito cedo. Assim, as ocupações quando encontradas por esses jovens, são precárias ou atividades de curta duração, levando a elevadas taxas de rotatividade e desemprego entre os jovens no mercado de trabalho (MONTEIRO, 2013).

Também se destacam os sem instrução ou com fundamental incompleto, especialmente no grupo de 15 a 19 anos, onde mais de um terço possui esse nível de ensino. Além desses, apenas 17,60% tem fundamental completo ou médio incompleto e pouco mais de 5% concluíram o ensino superior.

A análise do estado civil (Tabela 6) dos jovens nem nem (15 a 29 anos) mostra que a maioria relativa é solteira, com percentual de aproximadamente 95%. Essa questão pode estar relacionada, segundo Santos e Rocha-Coutinho (2007, p.168), a "[...] uma opção de vida que envolve diferentes questões, como encontrar o parceiro certo, [...] conquistar estabilidade financeira e efetiva, manter a liberdade, entre outros".

Tabela 6: Estado civil dos jovens ‘nem nem’, por grupo etário - RMR - 2015

Estado Civil	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Solteiro (a)	97,58	96,58	90,18	94,85
Casado (a)	2,42	3,13	7,27	4,23
Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	0,00	0,00	0,73	0,23
Divorciado (a)	0,00	0,28	1,82	0,69
Viúvo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Na RMR há grande concentração de jovens na categoria de solteiros, mesmo no grupo de 25 a 29 (90,18%) anos. No grupo mais jovem o percentual de solteiros foi de 97,58%, sendo a participação de casados pequena (2,42%), e das demais categorias, nula. Tem-se praticamente o mesmo em relação ao grupo de 20 a 24 (96,58% solteiros).

Quanto aos jovens nem nem que moram com a mãe ou não, os dados da Tabela 7 mostram percentuais mais expressivos para jovens que tem a mãe morando na residência. A respeito da subdivisão entre os grupos etários, observa-se clara relação entre o aumento da idade e a saída da casa dos pais, embora entre 25 e 29 a maioria (50,67%) ainda more com a mãe.

Tabela 7: Jovens ‘nem nem’ que moram com a mãe ou não, por grupo etário - RMR - 2015

Mora com a Mãe	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Mora	66,27	65,35	50,67	60,76
Não mora	33,73	34,65	49,33	39,24
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Assim, na metrópole de Recife, dos 15 aos 29 anos, são mais de 60% dos jovens que moram com a mãe, contra aproximadamente 40% que ‘não mora’. O resultado é esperado em se tratando dos jovens nem nem, pois devido não trabalhar, o jovem não teria condições para estabelecer/manter um domicílio.

Portanto, o elevado percentual de jovens morando com os pais está de acordo com o que afirma a literatura sobre os nem nem e a chamada geração canguru, ao destacarem a permanência dos jovens junto da família, devido ao conforto proporcionado ou a falta de perspectivas no mercado de trabalho, que os leva a inatividade econômica, por vezes associada a inatividade escolar (REMY; VAZ, 2017).

Em se tratando da situação de domicílio dos jovens nem nem, a grande maioria reside em domicílio urbano, como mostra a Tabela 8. Na RMR, o percentual residindo no urbano é de 96,18% contra apenas 3,82% no rural, com destaque para o grupo etário de 25 a 29 anos, que apresentou maior proporção (98,42%).

Os percentuais encontrados para o urbano foram elevados devido a área estudada se tratar de uma metrópole. Assim, o elevado percentual observado na RMR pode ser justificado em função de ser considerada a maior metrópole do Nordeste em termos de densidade urbana, além de contar com o mais antigo e tradicional polo industrial do país (LEMOS; FERREIRA, 2001).

Tabela 8: Situação de domicílio dos jovens ‘nem nem’, por grupo etário - RMR - 2015

Situação de Domicílio	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Urbano	94,04	95,74	98,42	96,18
Rural	5,96	4,26	1,58	3,82
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Ademais, o resultado encontrado pode ser explicado em função da atração que o urbano exerce sobre os indivíduos, que o veem como um espaço de oportunidades. Assim, além dos jovens já residentes no meio urbano, há a imigração do rural para tal área, em busca de estudo, trabalho e/ou outros aspectos de qualidade de vida (HARTWIG, 2012), muitas vezes tendo abandonado ou concluído os estudos, tendo em vista sua situação econômica (GARCIA et al., 2012).

Entretanto, há nos centros urbanos grande seletividade migratória (QUEIROZ, 2013) e rotatividade de trabalhadores que elevam o desemprego, principalmente entre os mais jovens, enquanto no meio rural a menor escolaridade e o menor dinamismo econômico inibem o movimento de oferta e demanda de trabalho, respectivamente, contribuindo para a permanência do trabalhador no emprego por mais tempo (MONTE; PENIDO, 2008).

Como salientam Garcia et al.,

Além das taxas de desemprego elevadas para os jovens, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam também que a parcela jovem no Brasil, ou seja, o grupo entre 15 e 29 anos, representava em 2008 aproximadamente 50 milhões de pessoas, cerca de 26% da população. Desse total, 30% pertenciam ao segmento considerado pobre (renda per capita inferior a meio salário mínimo), 53% ao extrato intermediário (renda per capita entre meio e dois salários mínimos) e apenas 17% oriundos de famílias com renda per capita superior a dois salários mínimos, indicando que parcela significativa dessa faixa etária está condicionada às dificuldades de obtenção de renda e/ou à pobreza, necessitando inserir-se no mercado de trabalho o mais cedo possível (GARCIA et al., 2012, p. 483).

Como indicado acima por Garcia et al. (2012), os jovens brasileiros estão em famílias com renda baixa, tendo em vista que 83% apresentam renda domiciliar per capita inferior a dois salários mínimos. A Tabela 9 traz estas informações para a RMR, mostrando o perfil do jovem nem nem quanto ao rendimento domiciliar per capita.

Tabela 9: Faixas de rendimento domiciliar per capita dos jovens ‘nem nem’, em salários mínimos, por grupo etário - RMR – 2015

Rendimento Domiciliar Per Capita	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Até 1/2 SM	53,64	58,56	53,50	55,56
Mais de 1/2 até 1 SM	33,46	33,96	32,17	33,23
Mais de 1 até 2 SM	8,46	5,35	9,24	7,48
Mais de 2 até 3 SM	1,61	1,07	2,23	1,60
Mais de 3 até 5 SM	1,61	0,53	1,27	1,07
Mais de 5 SM	1,21	0,53	1,59	1,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Pode-se observar grande concentração de jovens na categoria de até meio salário mínimo, com percentual de 55,56%. O grupo com idade entre 20 e 24 anos apresentou o maior percentual (58,56%) em relação a esta categoria (até 1/2 SM). Na faixa de rendimento seguinte encontram-se 33,23% dos jovens, e entre 1 e 2 salários, o percentual foi de 7,48% para o grupo etário de 15 a 29 anos. Com isso, a participação de jovens com rendimento domiciliar per capita acima de 2 salários não atinge 4% na RMR, apontando para um dos principais indícios ou perfil do jovem nem nem.

Resultados do Modelo

Com a aplicação do modelo probit foi possível obter informações referentes ao sentido da influência de cada variável na probabilidade dos indivíduos observados estarem na condição de nem nem. Dentre as variáveis utilizadas nas estatísticas descritivas, aquelas referentes à raça/cor, estado civil, morar com a mãe e situação de domicílio não foram significantes, e por isso foram retiradas do modelo. As informações estatísticas referentes aos dados utilizados indicaram como resultado do comando ‘estat class’, um percentual de acertos de 74%.

Os resultados para o sentido da influência mostram que apenas a escolaridade afeta negativamente a probabilidade de ser nem nem, enquanto ‘Feminino’, ‘Idade’ e ‘AtémeioSM’ tem efeito positivo (Tabela 10).

Tabela 10: Resultados do modelo *probit* - RMR – 2015

Nem Nem	Coeficiente	Erro Padrão	z	P > z
Feminino	0,3763628	0,0486	7,74	0,000
Idade	0,0512016	0,0058	8,8	0,000
Escolaridade	-0,0316235	0,0084	-3,77	0,000
AtémeioSM	0,5809869	0,0507	11,46	0,000
Intercepto	-1,826768	0,1439	-12,69	0,000

Fonte: Resultados do modelo *probit*, a partir dos microdados da PNAD 2015.

Além do sentido da influência foi estimado o efeito marginal associado a probabilidade do evento '1' (ser nem nem) ocorrer. Para a RMR, as estimativas mostram que ser do sexo feminino aumenta em aproximadamente 12,50% a probabilidade de ser nem nem (Tabela 11).

Tabela 11: Efeito marginal das variáveis - RMR – 2015

Variável	dy/dx	Erro Padrão	z	P > z	X
Feminino*	0,1245832	0,0159	7,82	0,000	0,49939
Idade	0,0170099	0,0019	8,81	0,000	21,6901
Escolaridade	-0,0105058	0,0028	-3,77	0,000	9,66088
AtémioSM*	0,1980139	0,0174	11,36	0,000	0,39366

$y = \text{Pr}(\text{nemnem}) (\text{predict}) = 0,27257462$

(*) dy/dx é para a mudança discreta da variável *dummy* de 0 para 1

Fonte: Resultados do modelo *probit*, a partir dos microdados da PNAD 2015.

Para a idade foi considerando o intervalo de 15 a 29 anos. Nessa variável cada ano a mais eleva a probabilidade de estar na condição de nem nem em aproximadamente 1,70%. O efeito positivo deriva dos maiores percentuais de jovens nessa condição nos dois últimos grupos etários (20 a 24 e 25 a 29).

Quanto a escolaridade, única variável a apresentar influência negativa sobre o evento analisado, foi observado que cada ano a mais de instrução reduz a probabilidade de ser classificado como nem nem em 1,05%.

A *dummy* associada ao rendimento familiar, por sua vez, mostrou que possuir rendimento per capita abaixo de meio salário mínimo eleva a probabilidade do jovem ser nem nem em aproximados 20%, sendo, portanto, a variável explicativa com maior impacto, reafirmando os resultados destacados nas estatísticas descritivas.

A estimativa (para o ponto médio da amostra) da probabilidade de ser nem nem se mostrou elevada na RMR (27%), para a qual foi destacado o atraso educacional em relação ao país e a ausência de políticas específicas para o desemprego juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o significativo crescimento no contingente de jovens simultaneamente fora da escola e do mercado de trabalho, estudos sobre a geração nem nem (nem estuda e nem trabalha) tornaram-se foco de análise na literatura brasileira, constituindo-se em um tema de grande relevância social e, portanto, de interesse de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Diante disso, o objetivo deste estudo foi saber quantos são e quem são os jovens nem nem residentes na Região Metropolitana do Recife e, com isso, traçar o perfil desse jovem e estimar a probabilidade de estarem na condição de nem nem.

Antes, entretanto, considerando as duas dimensões do problema (educação e trabalho), buscou-se descrever os investimentos realizados em educação e os programas voltados para o primeiro emprego no estado do Pernambuco, cuja região metropolitana é foco principal da pesquisa. Em relação a educação, foram priorizadas mudanças no modelo

de gestão, avaliação e acompanhamento do ensino, mas os maiores problemas foram detectados no ensino médio (evasão, repetência e baixo aproveitamento), levando a maior atuação sobre o mesmo (PROEI, EREM, ETE, Travessia Médio, PGM). No ensino superior o cenário apresenta concentração da oferta inicial e as tentativas de interiorização.

No que se refere aos programas para o primeiro emprego, estes destinam-se, de modo geral, a adolescentes e jovens desde os 12 aos 30 anos, mas cada um com condicionalidades específicas em relação a idade, escolaridade, etc. Em geral, o método de atuação se dá através da capacitação, qualificação ou profissionalização, constituindo-se em ações educacionais e/ou sociais, especialmente no caso da RMR para a qual não foram encontradas ações específicas em relação ao desemprego juvenil. O intuito é inserir no mercado de trabalho os participantes atendidos, mas impõe-se como desafio o fato de a contratação em si não depender do governo estadual, que atua indiretamente no incentivo a geração de postos de trabalho e na intermediação e/ou estímulo a contratação.

Como principal contribuição desse estudo, que traça o perfil dos jovens nem nem na Região Metropolitana do Recife, a análise dos resultados os caracterizou como maioria do sexo feminino, com predominância da raça/cor parda, tendo aproximadamente 55% o ensino médio completo ou superior incompleto, apesar do elevado percentual de pessoas com escolaridade inferior a esta (40%), majoritariamente solteiros, residindo com os pais, em domicílio urbano, e com baixo rendimento familiar.

Ademais foi utilizado o modelo probit para verificar a influência de algumas dessas características sobre a probabilidade do jovem ser nem nem na RMR. As estimativas revelaram como variável de maior impacto o rendimento per capita abaixo de meio salário mínimo, seguido da influência positiva em ser do sexo feminino, e reafirmou a importância da escolaridade na redução de tal probabilidade. Esses resultados estão em acordo com as pesquisas já realizadas sobre a temática, destacando a predominância da participação feminina e o baixo rendimento entre os jovens que não estudam e não trabalham na Região Metropolitana do Recife.

Por fim, convém reafirmar a relevância da temática abordada, que envolve o âmbito social, por se tratar das perspectivas futuras dos jovens, e econômico, devido a importância desse segmento para o desenvolvimento do país. Assim, torna-se importante saber mais a respeito, e principalmente agir por meio da continuidade e aperfeiçoamento de iniciativas/programas como os destacados neste estudo.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf> >. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

BRITO, F. Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. In: Taller CELADE migración interna, 2007, Brasília. Taller CELADE

Migración Interna, 2007. Disponível em: < <https://www.cepal.org/sites/default/files/courses/files/fbrito.pdf> >. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda - Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalho Distintos: Bahia e São Paulo. Estudos Econômicos (São Paulo. Impresso), São Paulo, v. 35, n.4, p. 767-795, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612005000400007 >. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; ANDRADE, A. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: Ana Amélia Camarano. (Org.). Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? 1ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2006, v. 1, p. 259-290. Disponível em: < http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo_9_transioesjovens.pdf >. Acesso em: 05 de outubro de 2017.

CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 26, p. 293-314, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n68/a06v26n68.pdf> >. Acesso em: 22 de maio de 2017.

CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 324 p. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desafios_completo-web.pdf >. Acesso em: 12 de novembro de 2017.

COSTA, J. S. M.; ULYSSEA, G. O fenômeno dos jovens nem-nem. In: Carlos Henrique Corseuil e Rosana Ulhôa Botelho. (Org.). Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. 1ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2014, v. 1, p. 115-140. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desafios_completo-web.pdf >. Acesso em: 12 de novembro de 2017.

FIGUEIREDO, A. M. R.; ALMEIDA, J. B. S. A. População Nem-Nem: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012. Revista de Estudos Sociais, v. 19, p. 106-129, 2017. Disponível em: < <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/4942/pdf> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). Os intocáveis (V): a saga dos jovens brasileiros excluídos do trabalho e da educação. FPA Comunica 11. São Paulo, 2013.

FUSCO, W.; OJIMA, R. A interiorização do ensino superior em Pernambuco e seus efeitos na mobilidade pendular. p. 81-92. In: Anais do IX Encontro Nacional Sobre Migrações - IX GT Migração [Blucher Social Science Proceedings, v.2, n.2]. São Paulo: Blucher, 2016. ISSN 2359-2990, DOI 10.5151/socsci-ix-enm-ST2-3. Disponível em: < <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/socialsciencesproceedings/ix-gtmigra/ST2-3.pdf> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

GARCIA, M. F.; ARAUJO, E. C.; ARAUJO, E. L.; FAUSTINO, I. A. A Condição do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). Brasília (DF): Revista ANPEC, v. 13, p. 481-506, set/dez 2012. Disponível em: < http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3ap481_506.pdf >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

HARTWIG, M. Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas/RS. Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2001/Marisa%20Hartwig.pdf> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Informe nº. 23. Perfil da raça da população cearense. Fortaleza - CE, março, 2012. Disponível em: < http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece_Informe_23_fevereiro_2012.pdf >. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

LEMOS, M. B.; FERREIRA, F. Vantagens Comparativas das Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza no Contexto Regional. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza CE, v. 32, p. 223-247, 2001. Disponível em: < https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=264 >. Acesso em: 23 de mai. de 2018.

MONTEIRO, J. C. M. Quem são os Jovens Nem-Nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. In: Regis Bonelli; Armando Castelar. (Org.). Ensaios IBRE de economia brasileira I. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, v. 1, p. 231-248. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11661/Quem%20s%C3%A3o%20os%20jovens%20nem-nem.pdf> >. Acesso em 22 de mai. de 2018.

MONTEIRO NETO, A.; VERGOLINO, J. R. O. (Org.s). Pernambuco 2000-2013: sociedade, economia e governo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Estudos Estados Brasileiros). Disponível em: < <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Pernambuco-web-ok.pdf> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

MONTE, P. A.; PENIDO, M. R. J. Determinantes da duração esperada do emprego urbano e rural no Nordeste brasileiro. Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), v. 46, p. 989-1013, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n4/v46n4a04.pdf> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

PERNAMBUCO. Portaria SEDSDH Nº 154, de 02 julho de 2014. Dispõe sobre o Cofinanciamento do Fomento ao Serviço de Promoção da Inclusão Socioprodutiva - Pernambuco no Batente, repactuando valores de Cofinanciamento e dando outras providências. 2014. Disponível em: < <https://www.sigas.pe.gov.br/files/09222016114534-portaria.no.154.de.02.julho.de.2014.pdf> >. Acesso em: 01 de novembro de 2017.

_____. Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação (SEMPETQ). Programas de Qualificação. Disponível em: < http://www.sempetq.pe.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=89&Itemid=164 >. Acesso em: 26 de outubro de 2017a.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ). Programas e Projetos. Disponível em: < <http://www.sedsdh.pe.gov.br/web/sedsdh#nogo> >. Acesso em: 26 de outubro de 2017b.

_____. Secretaria de Educação (SEDUC - PE). GREs e Escolas. Disponível em: < <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=77> >. Acesso em: 9 de abril de 2017c.

QUEIROZ, S. N. Migrações, Retorno e Seletividade no Mercado de Trabalho Cearense. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas - SP, 2013.

REMY, M. A. P. A.; VAZ, D. V. Fora da escola e do mercado de trabalho: o jovem “nem-nem” no Estado do Rio de Janeiro. Revista da ABET, v. 16, n. 2, Jul./Dez. de 2017. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/37801/19132> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

SANTOS, M. S. R. Política pública de educação integral no ensino médio em Pernambuco: análise da gestão escolar e do desempenho no IDEPE. Dissertação (Mestrado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração do Curso de Mestrado Profissional em Administração. Universidade Federal da Bahia - UFBA: Salvador, 2015.

SANTOS, P. Z. B.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. Psicologia Clínica, v. 19, p. 163/1-185, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pc/v19n1/12.pdf> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

SIEPE. Sistema de Informações da Educação de Pernambuco. Indicadores. Disponível em: < <http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/?dummy=1492087463638> >. Acesso em: 12 de abril de 2017.

SILVA, V. D. Modelos de ensino público, eficiência e gestão escolar: uma análise da escola de ensino médio regular de Quixaba e da escola de ensino médio integral de Timbaúba, no estado de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFPB). Universidade Federal da Paraíba - UFPB: João Pessoa, 2013.